



CÂMARA MUNICIPAL DE TAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

Rua Paranaguá, 528 – Cx. P. 02 – CEP 87830-000

E mail: cmtapira@yahoo.com.br

Fone-Fax (44) 3679 1076

CNPJ: 72.540.578/0001-41

PARECER JURÍDICO

Projeto de Lei Legislativo nº 008/2025

Assunto: Execução obrigatória do Hino Municipal nas escolas públicas municipais.

EMENTA: Torna obrigatória a execução do Hino Municipal de Tapira-PR nas escolas da rede pública municipal de ensino, e dá outras providências.

I – RELATÓRIO

Trata-se de análise jurídica do Projeto de Lei Legislativo nº 08/2025, de iniciativa parlamentar, que dispõe sobre a obrigatoriedade da execução do Hino Municipal de Tapira nas escolas da rede pública municipal de ensino.

O projeto estabelece que o Hino será executado semanalmente, preferencialmente em solenidades cívicas, eventos escolares ou atividades que envolvam a comunidade escolar. Determina ainda que a Secretaria Municipal de Educação será responsável por orientar e supervisionar o cumprimento da norma, bem como incentivar o conhecimento e a valorização dos símbolos do Município.

A proposta prevê a possibilidade de atividades pedagógicas complementares e autoriza o Poder Executivo a regulamentar a lei no prazo de 60 dias.



CÂMARA MUNICIPAL DE TAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

Rua Paranaguá, 528 – Cx. P. 02 – CEP 87830-000
E mail: cmtapira@yahoo.com.br
Fone-Fax (44) 3679 1076 CNPJ: 72.540.578/0001-41

II – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

2.1. Competência Legislativa e Iniciativa

Nos termos do art. 30, I e II da Constituição Federal, compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber, consoante art. 8º da LOM.

A valorização dos símbolos municipais e da identidade cultural local é matéria de interesse predominantemente local, enquadrando-se na esfera de competência do Legislativo Municipal.

A iniciativa parlamentar é legítima, pois o projeto não interfere na estrutura administrativa, não cria cargos nem altera atribuições de servidores, limitando-se a estabelecer uma diretriz pedagógica de caráter cívico

2.2. Fundamento Constitucional e Educacional

O projeto harmoniza-se com os princípios e objetivos educacionais previstos na Constituição Federal (arts. 205 e 206) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB (Lei nº 9.394/1996), especialmente quanto à formação para a cidadania, valorização da cultura e dos símbolos nacionais e locais.

O art. 32, §1º, II da LDB prevê que o ensino fundamental deve desenvolver “a compreensão dos valores da sociedade, o exercício da cidadania e o fortalecimento dos vínculos familiares e dos laços de solidariedade humana”.

“§ 1º O ensino fundamental será ministrado com base nos seguintes princípios: II – compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade.”



CÂMARA MUNICIPAL DE TAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

Rua Paranaguá, 528 – Cx. P. 02 – CEP 87830-000

E mail: cmtapira@yahoo.com.br

Fone-Fax (44) 3679 1076

CNPJ: 72.540.578/0001-41

A execução do Hino Municipal em ambiente escolar não é mera formalidade: é instrumento simbólico e educativo de pertencimento, identidade e respeito ao patrimônio histórico local, valores que se coadunam com os objetivos constitucionais da educação

2.3. Aspectos de Legalidade e Adequação

Administrativa

A norma não impõe custos excessivos à administração pública, uma vez que a execução do Hino pode ocorrer sem despesas adicionais relevantes.

A previsão de que o Executivo poderá regulamentar a lei em até 60 dias é adequada, pois garante ao Poder Executivo a definição de aspectos operacionais, como cronograma e metodologia pedagógica.

2.4. Constitucionalidade Formal e Material

Formalmente, o projeto não afronta o princípio da separação dos poderes, tampouco invade matéria de iniciativa exclusiva do Executivo.

Materialmente, promove valores constitucionais como cidadania, educação e identidade cultural (CF, arts. 1º, II; 205; 215 e 216).

A jurisprudência do STF reforça que leis municipais que buscam promover valores cívicos e culturais locais são constitucionais, desde que não impliquem ingerência na gestão administrativa.



CÂMARA MUNICIPAL DE TAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

Rua Paranaguá, 528 – Cx. P. 02 – CEP 87830-000

E mail: cmtapira@yahoo.com.br

Fone-Fax (44) 3679 1076

CNPJ: 72.540.578/0001-41

III – CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, o Projeto de Lei Legislativo nº 08/2025 é juridicamente válido, constitucional e conveniente, estando em conformidade com:

A Constituição Federal (arts. 30, I e II; 205 e 216);

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996);

O projeto se revela plenamente constitucional, formal e material, plenamente educativo e de relevante interesse público municipal, promovendo o fortalecimento da identidade cultural e do civismo entre os estudantes de Tapira.

É o parecer.

Tapira/PR, 06 de outubro de 2025.

Dr. Joel Zarelli

OAB/PR-61859